

IGREJA E ESCOLA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE APARECIDA (1893-1928)

César Augusto Eugênio
Mestre em Educação

O presente trabalho visa apresentar os debates inscritos na Dissertação de Mestrado sob este mesmo título. Trata-se de um esforço em oferecer ao leitor uma visão sobre esta pesquisa na qual tentamos mostrar os modos pelos quais se deram as relações entre a Igreja Católica e a Escola em Aparecida e de que maneira esta combinação de forças participou do processo de modernização da cidade.

É uma pesquisa na qual vasculhamos diversos arquivos, de administração laica e religiosa, no objetivo de coletar informações que nos propiciassem o cruzamento dos olhares em torno do tema supra mencionado. É neste intuito que visitamos: Museu Frei Galvão, Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, Arquivos da Escola Municipal Professor Chagas Pereira (primeiro grupo escolar do distrito), Arquivo do Estado de São Paulo.

O recorte histórico refere-se, de um lado, à elevação da Capela de Nossa Senhora Aparecida à categoria de Episcopal Santuário, em 1893 quando o distrito passa ter seu próprio capelão se tornando independente da paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá. De outro lado, 1928, é o ano que marcou a emancipação política deste distrito, quando se tornou, definitivamente, independente de Guaratinguetá, cidade bem mais antiga, fundada no início século XVII.

Uma fonte largamente utilizada na pesquisa fora o jornal *Santuário de Aparecida*. É um periódico veiculado até hoje, de publicação semanal, fundado no ano de 1900 pelos padres da Congregação do Santíssimo Redentor, conhecidos como missionários redentoristas, que se instalaram em Aparecida no ano de 1894 a convite de Dom Arcoverde, arcebispo de São Paulo. Este jornal não se conteve em demonstrar suas preferências políticas, bem como, sua postura crítica em relação ao que considerava desleixo da política guaratinguetaense no tocante aos cuidados que julgava ser de obrigação deste município ao qual Aparecida se submetia. Pelas críticas registradas sinalizou, a nosso ver, conflitos e disputas entre essas duas localidades. Além do mais, fora o mais importante veículo de comunicação dos redentoristas não somente em Aparecida, mas em todo o Brasil. Fora utilizado para anunciarem suas festas, suas datas comemorativas e seus valores, sua estrutura e hierarquia de modo a serem vistos e tidos como modelos a serem seguidos.

Nossa pesquisa apesar de se encaminhar para além de uma perspectiva legalista, ou seja, uma pesquisa fundamentada apenas nos textos tidos como oficiais (leis, decretos, resoluções, por exemplo), procuramos não perder de vista as decisões políticas oriundas da Câmara Municipal de Guaratinguetá, uma vez que era de lá que vinham os encaminhamentos, alvo de constantes críticas do jornal *Santuário de Aparecida*. É neste sentido que estivemos atentos aos registros das Atas da Câmara guaratinguetaense, no objetivo de analisar o tratamento legal que era dado ao distrito aparecidense.

Quanto ao conceito de modernização, o que, pela análise das fontes, parece ter sido condição à emancipação do distrito aparecidense, procuramos mostrar que o mesmo pode ser trabalhado a partir de várias referências.

Do ponto de vista das *relações pessoais*, Norbert Elias (1993, p. 209) chamou de “*autocontrole*” a postura na qual os desejos mais íntimos são controlados tendo em vista às pressões dos estratos tidos como superiores numa dada sociedade. Elias, mesmo não tratando especificamente do caso aparecidense, deu-nos suporte para pensarmos, do ponto de vista conceitual, que em Aparecida, como resultado de uma combinação de forças presididas pela Igreja, houve um processo modernizador que se caracterizou pela difusão de valores religiosos e civis como a obediência às autoridades, postura ordeira e disciplinada, valorização das letras.

Correia e Gallego (2004) também foram mobilizados pelas suas contribuições, principalmente no tocante às reflexões que versavam sobre o tempo escolar, o que, segundo os autores, é uma organização temporal fabricada com vistas à produção, à disciplina e manutenção da ordem e à relação com os outros tempos sociais.

Eis que aparece Aparecida: história da cidade e da devoção a Nossa Senhora Aparecida

A cidade de Aparecida, popularmente chamada de Aparecida do Norte, situa-se no estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba. De acordo com o Senso/2000¹, conta com 39.904 mil habitantes num território de 120.939 Km², com 542m de altitude e 167 km de distância da capital do estado.

É muito conhecida nacional e internacionalmente por receber inúmeros fiéis, devotos, turistas religiosos conhecidos como romeiros que expressam sua fé pela santa, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira da cidade e do Brasil.

¹ <http://www.mapaturistico.com.br/cidades/default.asp?idcidade=4&idpag=2>. Acessado em 07/09/2008.

Conta-se a história, segundo documentos já publicados (REIS, 2000, 1993; BRUSTOLONI, 1980; MOTTA, 1966; MELLO, 1905; entre outras, sem contar as veiculadas pela mídia eletrônica nos sites considerados oficiais da cidade de Aparecida, da Arquidiocese, da Basílica Nacional, da Congregação dos Padres Redentoristas), que fora encontrada em outubro de 1717, uma imagem de 39cm ou 40cm por pescadores que teriam sido incumbidos de providenciar peixes que fartariam o jantar do Conde de Assumar, governador da Capitania de São Paulo e Minas que estaria passando pelo município de Guaratinguetá. Esta imagem teria ficado aos cuidados da família de um dos pescadores, de onde se mobilizaram as primeiras rezas de forma espontânea e aconteceu os primeiros milagres, até ser construída a primeira capela em 1745.

A *Narração do encontro da Imagem*, tirado do *Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá* (1745), bem como, o *Relatório de Viagem do Conde de Assumar* (1717), governador da Capitania de São Paulo e Minas, ambos documentos identificados em pesquisa no Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, foram fundamentais para entender essa origem da localidade e sua vocação à religiosidade mariana.

As relações estabelecidas com a Imagem aparecida são, na verdade, bastante complexas. São vinte e oito anos (tomado o ano de 1717) que separam o mito de origem até a construção abençoada pela Igreja da Capela do alto do Morro dos Coqueiros e celebração da primeira missa. No Brasil, na ocasião da aparição da Imagem, eram proibidas outras expressões religiosas que não fossem católicas.

A questão em voga é a imagem de barro encontrada no rio configurar-se como representação da mãe de Deus e, como tal, protetora, acolhedora, atenciosa, intercessora entre Deus e os homens.

Este conceito de representação será lido a partir dos estudos de Roger Chartier em seu *“O Mundo como Representação”* (1991, p. 184). Nesta obra o autor afirma existir uma diferença no conceito de representação o que explica a partir das acepções da ausência *“o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado”* e da presença como *“a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa”*.

Na primeira acepção [ausência], a representação é o instrumento do conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é. Dessas imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não: tais como os manequins de cera, de madeira ou couro que eram postos sobre a urna sepulcral monárquica durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses (“Quando se vai ver os príncipes mortos, exibidos em seus leitos de morte, só se vê a representação, a efígie”) ou mais geralmente e outrora, o leito fúnebre vazio e recoberto por um lençol mortuário que “representa” o defunto. (CHARTIER, 1991, p. 184)

Apropriando-nos do conceito de representação na acepção da *ausência*, a partir dos estudos chartierianos, é possível entendermos como, no caso aparecidense, a imagem de barro tornou-se tão venerada, afinal, é o que ela representa, ou seja, não é a imagem em si que é milagrosa, como se houvesse nela um poder e energia espetaculares mas por remeter os olhares dos devotos à mãe de Deus que, por sua vez, para os católicos, tem o poder de intercessão junto a Deus, logo, nem seria ela a promotora dos ditos milagres, mas, pela sua intercessão é que eles aconteceriam.

A Igreja Católica em Aparecida e a Romanização do culto a Nossa Senhora

A Igreja Católica em Aparecida parece ter acompanhado o culto que se desenvolvera em torno da imagem aparecida no rio Paraíba do Sul que fora tida como a representação da mãe de Jesus, Maria. Mas, fora a partir de 1893 que algumas ações se mostraram mais pontuais quanto ao controle e romanização das manifestações de fé, apesar de não ser um movimento extraordinariamente aparecidense, uma vez que os anos finais do século XIX são marcantes no que se refere ao processo de reestruturação da Igreja, conhecido como ultramontanismo (BARATA, 1999).

Dentre as ações pontuais e planejadas da Diocese de São Paulo, a qual Aparecida se submetera até 1958, quando fora ela mesma ascendida à condição de Arquidiocese, foi a sua elevação à condição de Santuário Episcopal que, não obstante não ter sido a primeira das ações da hierarquia católica no distrito, afinal, como afirmamos, Aparecida nunca esteve abandonada, foi significativa, pois impulsionou a formação do seu processo de emancipação e construção de um aparato religioso e de força política próprios.

Apenas um ano após, em 1894, do acontecimento relatado acima, a diocese paulistana trouxe os Missionários Redentoristas, os padres da Congregação do Santíssimo Redentor, preocupada com o controle das honras populares prestadas a Nossa Senhora com o objetivo de que assumissem os trabalhos no recém-inaugurado Episcopal Santuário e realizassem um trabalho catequético que visasse catolicizar, ou seja, trazer aos ritos oficiais da Igreja Católica Romana, o culto à Senhora. A implementação de festas,

estas sempre organizadas nas quais se valorizavam as datas já consagradas pela Igreja e todo simbolismo necessário a fim de catequizar o grande número de fiéis, aparecenses ou romeiros, foi outra marca da atuação Redentorista em Aparecida.

No entanto, percebemos especificidades que distinguem Aparecida de outras cidades, vilas e lugarejos, mesmo os mais próximos, no que se refere a uma curiosa e peculiar mobilização em torno da organização e expectativa quanto à recepção dos devotos da Santa, bem como ao seu processo de urbanização, inclusive em se tratando da instauração de suas escolas, desenvolvimento industrial e comercial e estrutura sócio-econômica.

A Religião e a religiosidade popular em Aparecida se encontraram de modo a produzir uma síntese, num movimento dialético, onde a veneração da Imagem não é tão somente católica nem tão somente popular. A Imagem encontrada no rio Paraíba do Sul, identificada como sendo a Mãe de Jesus e que recebera o título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, fora apropriada de tal maneira a produzir no imaginário popular a crença na sua força milagrosa. Desde então, a difusão do seu trunfo milagreiro, conforme se acreditava, fora difundido até os recônditos mais longínquos.

A dinâmica aparecense de nortejar suas relações a partir da religiosidade inundada pelos milagres de Nossa Senhora Aparecida, catolicizada pelos Missionários Redentoristas, mapeou a lógica da fundação de uma cidade preocupada com a visibilidade de elementos que fossem aceitos e, por que não, esperados pelos visitantes.

No jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 16/09/1922, p. 2), o registro da festa do centenário da independência, pode ilustrar uma articulação, sobretudo entre Escola e Igreja e, ao mesmo tempo, o poder congregador desta última:

Centenário da Independência: Tiveram o máximo brilho os festejos organizados nesta localidade em comemoração do Centenário da Independência do Brasil, sendo o programa elaborado fielmente executado. Já à meia-noite do dia 6 para o dia 7, foi o povo despertado por uma bateria de 21 tiros que saudava o advento de tão grande dia. Às 5 horas foi dada nova salva e os sinos da Basílica repicaram festivamente. A Banda de Música “Aurora Aparecense” percorreu então as ruas do lugar, enquanto que ao mesmo tempo era a Bandeira Nacional hasteada no Grupo Escolar e em outros edifícios públicos, Colégio Santo Afonso, residência dos Padres Redentoristas e outras casas particulares. Às 9 horas, em um altar preparado em frente à Basílica, começou a solene missa campal, sendo executado no coro a belíssima missa “Anunciação”, composição do saudoso maestro Sr. Randolpho Lorena. Durante a missa fizeram a guarda de honra ao altar escoteiros e escoteiras do nosso Grupo Escolar. De tarde foi cantado na Basílica solene “Te Deum”, em ação de graças, findo o qual o Revmo. Pe. Lopes Ferreira proferiu no portal da igreja um patriótico discurso e foi executado o Hino Nacional. De noite houve retreta, tendo a Banda-de-Música “Aurora Aparecense” tocado várias peças de seu vasto repertório.

Vale reparar que há um ordenamento do espaço urbano. Ao analisar a seqüência dos fatos, descritos pelo referido jornal, é possível percebermos que a ordem que paira sobre o evento é da tradição militar e cívica, daí a salva de tiros, por exemplo; quanto ao hasteamento da bandeira, apesar do Grupo Escolar ter encabeçado, conforme anunciou o jornal, a lista dos prédios públicos, passando pelo convento dos padres redentoristas e chegando aos particulares, há de se levar em conta que vivíamos num momento em que o público e o privado, Igreja e Estado, apesar de oficialmente separados, não, sobretudo em Aparecida, se mostraram como instâncias independentes, apesar de não se confundirem; quanto à missa de encerramento, é um bom exemplo do que chamamos de *poder congregador da Igreja*, afinal, consegue trazer para si o ápice da festa originariamente laica; à escola reservou-se o papel de participar no altar como *guarda de honra*, conforme descreveu o *Santuário*: “fizeram a guarda de honra ao altar escoteiros e escoteiras do nosso Grupo Escolar”. É certo que fazer guarda de honra é estar em evidência, é ser exemplo, é representar um nível de civilidade esperado pela comunidade aparecense que depositou no Grupo Escolar toda confiança, pela sua força emancipadora, mas, vistos no altar, pode significar que são os valores religiosos que sinalizam o modelo de moral a ser assimilado pela população, aparecenses ou romeiros.

A escola em Aparecida

O estado de São Paulo foi pioneiro quanto à implementação de reformas educacionais que serviram de modelo para o país e, a partir da ótica dos integrantes do Partido Republicano Paulista, estas teriam força de mudar o cenário nacional.

Esse pioneirismo paulista, o que lhe garantiu uma posição modelar no país, é-nos uma armadilha, do ponto de vista da produção historiográfica, pois ao universalizarmos as práticas escolares paulistas,

sobretudo, as da capital do estado, homogeneizamos realidades distintas fazendo uma história às avessas, negando o caminho das evidências.

Segundo Catani (2000, p. 147):

A propósito das características da produção brasileira, é possível dizer que a mesma tendeu, em grande parte dos estudos realizados, a concentrar-se no exame de práticas, processos e instituições constituídos nos estados mais desenvolvidos do país tomando, muitas vezes, o conhecimento dessas realidades pelo conhecimento de toda situação brasileira. A possibilidade de conhecer a história da educação a partir das condições dos estados menos desenvolvidos, como os do norte e nordeste do país, só mais recentemente se vem concretizando em um exame atendo da produção científica, nessa área atesta o empenho dos pesquisadores em suprir essa carência.

É preciso destacar, portanto, que a escola moderna, é conhecida em diversos lugares do mundo e guarda uma lógica própria, experimentada em diversos países. Mas essa lógica comum tem, ao mesmo tempo, especificidades em cada lugar. No caso brasileiro, essa pluralidade decorre das diferenças regionais, de modo que conhecer a escola no Brasil requer que se façam estudos sobre casos específicos.

Estudar qual o papel da escola em Aparecida no seu processo de modernização e emancipação política, e daí, os processos de escolarização no local, exige-nos alguns cuidados. Se, de um lado, precisaríamos evitar a universalização indevida de modo a colocar os processos tipicamente aparecidenses como extensão das práticas paulistanas, de outro lado, não menos grave, seria focalizar Aparecida isolando-a do contexto mais amplo no qual estava inserida, como se suas práticas, fossem apenas suas e como se fosse possível isentar o distrito das influências e disputas, essas internas e externas a sua realidade.

A partir dos primeiros investimentos à emancipação aparecidense, muitos foram os esforços para que houvesse a devida distinção e reconhecimento do distrito, cuja peculiaridade na região, fazendo alusão à Nossa Senhora Aparecida, neste período, ofertava-lhe privilégios em forma de doações e visitas ilustres, como eram tratados os políticos e outros sujeitos de renome, e um movimento de recepção e encaminhamentos dos romeiros que otimizavam a economia do lugar. À escola reservou-se a missão de educar os cidadãos para a modernidade, sem perder de vista, os valores religiosos tidos como exemplares na localidade.

Após cinco anos de sua instauração, as Escolas Reunidas foram elevadas à categoria de Grupo Escolar em 1915, o que demonstrou uma preocupação com, é claro, a educação dos cidadãos aparecidenses, mas também, talvez até com maior motivação, a manifestação visível da concatenação de elementos emancipadores que distinguíssem, cada vez mais, Aparecida de sua “metrópole”, Guaratinguetá.

Em Aparecida, uma vez reunidas as escolas isoladas, a preocupação fora intensificar os esforços na construção de um edifício-escola que desse a visibilidade necessária ao projeto escolar paulista e aparecidense. É desta forma que em 1919 começam as obras do prédio que fora inaugurado em 1921.

Em Aparecida, não obstante a sua condição, como distrito, subalterna à política de Guaratinguetá, foi evidente o esforço na construção de uma gleba urbana durante o período estudado: criação de praças, farmácias, campanhas de vacinação, bondes elétricos, calçamento de ruas, iluminação da praça e, sobretudo, a instauração das Escolas Reunidas em 1910, elevada a Grupo Escolar em 1915 nos moldes republicanos – *ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção (...)* (CARVALHO, 2003, p. 226).

Este modelo de escola, segundo Carvalho (2003, 1998, 1989) e Souza (1998), seria a instituição signatária do progresso do novo regime que, para a realização de tal intento, passou a ser promotora de eventos cívicos que deram visibilidade ao seu propósito modernizador, civilizador dos costumes. No entanto, para Gondra (2003), a escola republicana veio consolidar os ideais médico-higienistas já difundidos desde o começo do século XIX, no primeiro império ou, ainda, concretizou propostas de reformas educacionais pensadas e defendidas por políticos como Rui Barbosa, antes da proclamação da república.

É-nos grande a preocupação em compreender como se deu a instauração da escola em Aparecida, bem como seu papel no processo de emancipação deste distrito, uma vez que, como vimos, eram tão grandes as forças das religiosidade e Religião em torno da devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida que existe o risco de simplificarmos as relações responsáveis pelas transformações ocorridas ao longo do tempo apontando, apenas, para tal fenômeno como sendo o único capaz de explicar o desenvolvimento aparecidense, desviando nossa atenção dos conflitos que existiram, documentados ou não.

Vemos em Aparecida iniciativas que trabalharam na construção de uma cidade letrada, afinal, parece-nos que a difusão das letras, estas tidas como elemento fundamental para o progresso, parece ter se tornado imprescindível. Uma publicação do jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 18/01/1913, p. 3), chamou muito nossa atenção:

A quem de direito: É costume antigo entre nós de serem espetáculos anunciados por indivíduos grotescamente vestidos e pintados, que andam a gritar pelas ruas e seguidos de meninada também a gritar. Este modo de reclame, próprio para lugares sertanejos, onde a arte de ler e escrever está pouco conhecida, não deixa de ser impróprio para centros civilizados e adiantados e por isso já desapareceu de quase todas as cidades vizinhas. **Como Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes** [grifo nosso], pedimos a quem de direito, de livrar-nos do seu palhaço e do seu cortejo, permitindo sua saída, quando muito, nos dias de Carnaval.

Algumas expressões merecem destaque:

1. *“Costume antigo”*: o jornal imprime aqui seu conceito de moderno como sendo urbano e letrado em contraponto a *antigo* como aquilo que já não se concebe naquela dinâmica citadina que caracterizava Aparecida. Enquadra-se *antigo* nos lugares sertanejos de onde os ritmos nada lembram aos ares da modernidade;

2. *“Centros civilizados adiantados”*: aqui expressa a vontade de Aparecida ser reconhecida de tal forma. Em 1913, quando publicado este informe crítico, já havia no centro de Aparecida as Escolas Reunidas há três anos com 260 alunos distribuídos em sete turmas com funcionamento regular, matutino para os garotos e a partir do meio-dia para as meninas. A ordem das palavras também merecem destaque, pois não bastou os *centros* serem *civilizados*, o que já seria suficiente para expressar a intenção aparecidense em criar os meios necessários para ser civilizada; reforça-se a idéia de civilizado acrescentando o adjetivo *adiantado* o que retoma o ponto anterior quanto ao conceito de antigo e nele a sua condição rural. Aparecida quer se identificar com aqueles grandes centros urbanos e desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro, em se tratando de Brasil, mas também, dos centros estrangeiros, possivelmente, os modelos europeus.

3. *“já desapareceu de quase todas as cidades vizinhas”*: Aparecida como é um centro desenvolvidos, possui escola e nela freqüentam mais de duas centenas de crianças, meninos e meninas, não poderia admitir posturas que não fossem coniventes com tal nível de desenvolvimento. Provavelmente, há preocupações do *Santuário de Aparecida* quanto às disputas com Guaratinguetá, cidade a qual Aparecida era distrito e que tinha uma política pouco preocupada com a modernização aparecidense.

4. *“Como Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes”*: nesta precisamos analisá-la em dois momentos. Primeiro, Aparecida se demonstrou orgulhosa em ser um centro civilizado. A escola, Escolas Reunidas, mas também, seus jornais e tipografias dão ao lugar a condição letrada, nodal ao reconhecimento como moderna e desenvolta. Em segundo, decorrente do já dito, se *“os reclames podem ser feitos por meio de cartazes”*, significa que, pelos menos no que se pretende passar, em Aparecida existiam poucos analfabetos, ou talvez, superestimando as iniciativas na difusão das letras, não houvesse analfabetos.

A valorização da escola em Aparecida parece vir de longa data. Em 1901, segundo publicação do *Santuário de Aparecida*, fora transferida para a Escola Mista do bairro de Santa Rita dos Machados a professora Sra. Risoleta Lopes de Oliveira:

Nova professora: Pelo governo do estado foi concedida à Exma. Sra. D. Risoleta Lopes de Oliveira, professora normalista, com exercício no 1º Grupo Escolar de Campinas, a remoção, que solicitou, para a escola mista de Santa Rita dos Machados, nesta localidade. (SA, 23/02/1901, p. 6-7)

O referido jornal fez questão de enfatizar sua formação e experiência: *“professora normalista”*, ou seja, uma senhora que teve formação específica para a instrução, é uma profissional que exercia seu ofício no *“1º Grupo Escolar de Campinas”*. Aqui temos a combinação *grupo escolar*, uma inovação da educação paulista, e *Campinas*, a referência de uma cidade maior que já tinha um processo de escolarização mais avançado que o de Aparecida.

Isto nos chama a atenção pelo fato de ter sido publicado no jornal de origem religiosa que, de alguma forma, propunha-se informar a população dos mais variados assuntos, privilegiando os relacionados a Nossa Senhora como também aqueles que representassem a emancipação da localidade.

É nesta lógica que encontramos uma valorização das letras por meio da criação de mecanismos de difusão dessas, dentre os quais, a escola pública. Esta instituição, apesar da indiscutível força da Igreja no local, parece ter conseguido conduzir o processo de escolarização aparecidense de modo a ter espaço privilegiado nas publicações do *Santuário de Aparecida* (1900-2009), sendo considerada signatária do progresso, desenvolvimento e modernização em Aparecida.

Esta escola pública, apesar de ter sido criada ainda no período imperial, a cadeira de primeiras letras, foi com a instauração das Escolas Reunidas em 1910, quando se reuniram as escolas isoladas da

localidade, dos bairros de Santa Rita dos Machados e Aroeira, instaladas em prédio central, alugado e adaptado para tal finalidade, é que tomara lugar de destaque na sociedade aparecidense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a emancipação de Aparecida se deu pela urbanização de seus espaços, a criação de praças, farmácias, correio, estação de trem, instalação de bondes, calçamento, iluminação pública, não menos importante fora a construção de novos ritmos, estes citadinos, que sobressaíssem aos seus ares frugais.

A instalação desses novos ritmos pode ser verificado pelo largo calendário de festas, as quais eram planejadas de modo a soerguer a localidade numa estrutura religiosa o que lhe deu identidade e condições de garantir seu reconhecimento na região e em outros lugares do país.

Aos poucos, vimos a participação do Grupo Escolar em espaço privilegiado, como devidamente narrado no episódio das festividades do Centenário da Independência, noticiada pelo *Santuário de Aparecida*, quando os escoteiros da referida escola tem seu lugar de honra no altar de Nossa Senhora.

Fora a combinação de forças entre Igreja e Escola e a reunião dos mais diversos sujeitos, ligados a uma ou outra, senão pela simbologia que desta união se emanava, é que foram construídas, em Aparecida, as condições necessárias à sua emancipação, que se consolidara em 1928.

Referências Bibliográficas

BRUSTOLONI, João P. *Aparecida: sua Imagem, seu santuário*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1980. 70p.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria no Brasil (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP / Centro de Memória – UNICAMP, 1999. p.19-24; 87-167.

CORREIA, António C. L. e GALLEGÓ, Rita de C. *Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa (Cadernos Prestige), 2004. 47p.

CARVALHO, Marta. M.C de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M., VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*, 3ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 225-251.

_____. Por uma História Cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia P. de e CATANI, Denice B (orgs.). *Práticas educativas, Culturas escolares, Profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

_____. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 86p.

CATANI, Denice B. Distâncias, Vizinhanças e Relações: comentários sobre os estudos Sócio-histórico-comparados em Educação. In: NÓVOA, António e SCHRIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia*. Lisboa: Educa, 2000. p. 143-150.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Estudos Avançados*, 11 (5). Trad.: Andréa Daher e Zenir Campos Reis. 1991. p. 173-191.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Vol 2. 307p.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M., VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*, 3ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 519-550.

Jornal Santuário de Aparecida, Ano LXXXVI, nº 4223, 10 de novembro de 1985.

Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, 1745. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

MELLO, José M. H. *Coroação de Nossa Senhora Aparecida: 8 de setembro de 1904*. Narrativa ilustrada. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.

MOTTA, Carlos C. de V. *História do Santuário de Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1966, 37p.

REIS, Fábio J. G. Igreja e História de Aparecida. In: BARBOSA, Alexandre Lourenço. *Aparecida: a multiplicidade do olhar*. Taubaté/SP: Imagem, 2000. p. 74-81.

_____. *Os Redentoristas, o Cônego Antônio Marques Henriques e a Romanização da Igreja Paulista (1888-1917)*. São Paulo, USP – Dissertação de Mestrado – Departamento de História da FFLCH-SP, 1993.

Relatório de Viagem do Conde de Assumar, 1717. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1810-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 302p.

César Augusto Eugênio é mestre em Educação (USF) e professor de História da Educação (UNITAU).